

JOSÉ MATTOSO

**Problemas sobre a estrutura da Família
na Idade Média**

BRAGA
1 9 8 2

JOSÉ MATTOSO

Problemas sobre a estrutura da Família na Idade Média

Separata da Revista
BRACARA AUGUSTA
Vol. XXXVI — N.ºs 81-82 (94-95)
Janeiro-Dezembro de 1982

BRAGA

Composto e impresso nas Ofic. Gráf. da Livraria Cruz — Braga

Problemas sobre a estrutura da Família na Idade Média *

Quando em 1960 comecei a trabalhar para o meu doutoramento, acerca dos mosteiros beneditinos da diocese do Porto, nos séculos XI e XII, apercebi-me rapidamente de que a vida monástica estava muito dependente das famílias patronais. De tal modo isso me pareceu fundamental, que comecei a investigação pelo estabelecimento da genealogia dos patronos, e a tese por um capítulo em que definia, em termos institucionais, as relações entre eles e os respectivos mosteiros.

Verifiquei também, logo a seguir, que as relações mais profundas não dependiam de fórmulas institucionais, mas da própria evolução social da nobreza. A história monástica não se podia compreender sem averiguar a trajetória social e política das famílias protectoras, cada uma de per si e no seu conjunto. Ao identificar os indivíduos, tive de procurar estabelecer a categoria social a que pertenciam, e isso permitiu, desde logo, isolar um grupo de nobres que, por sinal, constituiu o núcleo de barões que ajudaram Afonso Henriques a tornar-se independente, e se distinguiu claramente da antiga camada de nobres de nível condal que dominavam no nosso território durante o século X e XI, e verificar, enfim, a oposição entre estes dois grupos. Tudo isto se prendia, por um lado com o processo de intervenção da classe dominante na criação da independência nacional, e por outro com a aceitação e difusão de correntes religiosas e culturais estrangeiras.

(*) Conferência pronunciada na Faculdade de Economia de Coimbra em 6 de Março de 1982. O carácter especial deste texto justifica ter-se mantido aqui o tom oral que se lhe imprimiu.

Tinha, portanto, ultrapassado logo de início as questões da história religiosa para mergulhar no âmago da problemática que define as relações entre os diversos níveis históricos: o económico, o social, o político, o cultural e o religioso. Era impossível estudá-los separadamente. A explicação para os fenómenos de um nível estava, muitas vezes, no outro. Constatação óbvia, inevitável, sem qualquer espécie de novidade. O que me pareceu nessa altura mais inesperado foi verificar que os fenómenos mais profundos e determinantes não estavam apenas no nível económico, o que seria normal, mas também nos mecanismos da estrutura do parentesco, e estes situavam-se nos níveis mental e social.

As minhas investigações orientaram-se então para este mundo completamente virgem entre nós, e até ainda mal explorado nos outros países. A história da família tornou-se para mim o objecto predilecto de estudo. Tanto mais que encontrava para isso uma documentação de abundância e variedade excepcionais, mesmo por comparação com a que nestes domínios normalmente se encontra no resto da Europa. Os livros de linhagens, as inquirições régias e as cantigas trovadorescas constituíam conjuntos documentais amplos, homogéneos, com uma imensidade de elementos directamente aproveitáveis, e que permitiam estudos de conjunto de toda a nobreza portuguesa. Apercebi-me muito depressa que uma exploração sistemática deste material permitiria renovar radicalmente o panorama da nossa história medieval e ultrapassar as generalidades que enchem os nossos compêndios e manuais.

Devo referir que tenho procedido a este trabalho de maneira um tanto ou quanto empírica. Procurei, por um lado, adquirir um aparelho conceptual, que fui buscar sobretudo à antropologia e aos poucos teóricos da História das mentalidades, e, por outro lado, proceder a um trabalho de estabelecimento crítico das fontes, que as tornasse susceptíveis de um aproveitamento prático. Ao mesmo tempo, e por razões profissionais, orientava as minhas aulas e seminários para questões próximas da estrutura da nobreza e em particular para averiguar os poderes senhoriais e as instituições feudais, questões acerca das quais os nossos medievalistas pouco dizem.

Não vou agora fazer o relatório dos métodos que utilizei, das fases da investigação ou dos resultados a que cheguei. Pretendo apenas formular, na sua globalidade, uma série de questões que orientam a interpretação histórica, não só na época medieval, mas também nas outras. Sendo assim, os pormenores técnicos são secundários.

Por outro lado, também não pretendo apresentar uma exposição

predominantemente conceptual, bem elaborada e sistemática, acerca da relação entre as estruturas familiares e os outros níveis históricos. Não posso esconder a minha dificuldade em exprimir com toda a coerência e segurança os fundamentos teóricos dos meus trabalhos. Muitas vezes ficam intuídos ou pressentidos, só a pouco e pouco vão tomando lugar num quadro conceptual, que assim se vai completando e diversificado. Não posso, por isso mesmo, pretender elaborar uma sistematização abstracta e completa sobre este tema. O que posso é apontar alguns vectores interpretativos que me parecem ter incidências mais directas sobre o material que conheço ou que se revelaram mais fecundos para o seu aproveitamento.

Começarei, portanto, por revelar os meus apoios teóricos.

No domínio da antropologia, utilizei predominantemente obras de síntese, que me puseram a par dos problemas técnicos e da terminologia da estrutura do parentesco. Não merece muito a pena mencionar esses manuais. De entre os autores que me pareceram propôr sugestões mais próximas do tipo de problema com que me defrontava, deverei citar, evidentemente, Levi Strauss. Não o das grandes e fascinantes obras mais conhecidas, mas o de certos artigos menos divulgados, como o intitulado «O futuro dos estudos do parentesco», de 1965, onde ele aponta com clareza a direcção em que se devem fazer as investigações acerca da transição entre as estruturas primitivas, elementares, e as estruturas complexas do parentesco.

Devo porém confessar que o autor que me sugeriu perspectivas mais directamente relacionadas com o meu trabalho foi Pierre Bourdieu, em *Esquisse d'une théorie de la pratique*, de 1972. As suas ideias acerca da maleabilidade de todos os sistemas do parentesco, da função estratégica de todas as prescrições, mesmo as aparentemente mais rígidas, e ainda a maneira como sublinha a função dos valores simbólicos, das tradições e do prestígio, na estruturação das famílias e na sua trajectória histórica, tudo isso me ajudou a ganhar um certo distanciamento em relação a esquemas demasiado formais. Pude assim distinguir claramente os modelos da realidade, e ao mesmo tempo aperceber-me da importância daqueles para a interpretação de uma realidade histórica quase sempre fluída e pluriforme.

Bourdieu, foi também para mim de um auxílio inestimável, não já no domínio do estudo do parentesco, mas antes no da mentalidade, com a sua recente obra sobre *A distinção*. A sua análise pode ser, e creio

que é, um tanto repetitiva e pesada, mas oferece um excelente fio condutor para quem pretender encontrar as manifestações da identidade dos grupos sociais em matéria de gosto, de cultura, de hábitos, de formas de associação, de apoios materiais, de estratégias de reprodução, de triunfo ou de decadência sociais.

Ainda no domínio das mentalidades terei, finalmente, de reconhecer a minha dívida para com Michel Foucault. Sem partilhar as suas teorias anti-personalistas e que tendem a negar o fundamento objectivo da consciência individual, devo sublinhar a importância dos seus estudos acerca dos sistemas repressivos, a loucura, a marginalidade e o pensamento simbólico, e a ajuda que eles efectivamente oferecem, sobretudo os últimos, para compreender as formas de expressão da mentalidade e o comportamento do homem medieval.

Para além destes autores não poderei também deixar de enumerar mais alguns cujas concepções me pareceram importantes, mesmo quando divergentes entre si, para a compreensão das sociedades ditas primitivas, que, em tantas coisas, se parecem de forma flagrante com a sociedade medieval. Citarei Marcel Mauss com o seu *Essai sur le don*, os trabalhos de Polany sobre a circulação económica, as interpretações materialistas de Maurice Godelier e de Claude Meillassoux, e a síntese de G. Balandier sobre a antropologia política.

Ao tentar utilizar as propostas teóricas destes autores não podia desprezar, evidentemente, os medievalistas que enveredaram também pela investigação acerca da família, da nobreza e da mentalidade. Como é natural, estes precederam até, cronologicamente, no meu inquérito, os que até aqui mencionei. Quero-me referir, em primeiro lugar, como era de esperar, a Georges Duby.

Duby tem, como se sabe, alguns escritos de carácter geral em que procura equacionar os problemas postos pela história das mentalidades, pela história social e a ideologia, pela difusão dos modelos culturais na sociedade feudal e de uma maneira ainda mais ampla, nos *Diálogos* com Guy Lardreau, por todas as questões conceptuais postas ao historiador. Todavia, na minha opinião, não pode ser considerado propriamente como um teórico e muito menos como um filósofo da história. É por isso que considero ainda mais importantes do que estes escritos, aqueles em que ele expõe directamente o resultado das suas investigações. Um dos seus méritos mais notáveis, a meu ver, é o de não estudar nunca nenhuma questão em circuito fechado, o que o leva a apresentar sempre interpretações extremamente vastas e complexas, em que todos os níveis histó-

ricos intervêm, desde o económico ao artístico, mesmo quando parte de problemas claramente situados num determinado nível, seja ele o económico, como em *A economia rural e a vida dos campos na Idade Média* (1962), o militar como em *Le Dimanche de Bouvines* (1976), o artístico como em *Saint Bernard. L'art cistercien* (1976), ou o da ideologia, como em *As três ordens e o imaginário do feudalismo* (1978).

Os trabalhos de Duby oferecem, de resto, várias observações absolutamente fundamentais para a questão que agora me interessa mais de perto, a saber, a da estrutura da família. Foi ele que chamou a atenção para a importância de um fenómeno muito típico da nobreza medieval, o da marginalização dos jovens, dos filhos segundos, a partir do momento em que se generalizou o sistema linhagístico, isto é, a transmissão da herança e das tradições familiares numa linha única, à imagem da que preside à transmissão da monarquia, do pai para o filho primogénito do sexo masculino. Este fenómeno explica muitos factos e características da sociedade medieval, a evolução de vários conflitos e factos isolados, certas manifestações da mentalidade e da história religiosa e cultural. Só para dar dois exemplos, mencionarei a incidência do sistema sobre as cruzadas e sobre o espírito de cortesia, como Duby viu com a maior perspicácia.

Na sua obra mais recente, Duby estudou o casamento medieval, desbravando assim um terreno até agora inçado de equívocos e confusões, viciado por concepções anacrónicas de moral conjugal, por preconceitos religiosos e por equívocos de toda a ordem. Apesar desta obra ser muito importante, por ajudar a descobrir que o modelo clerical do matrimónio não foi o único, e que, além dele, existiam outro ou outros, o regime do casamento predominante no Ocidente não ficou ainda completamente esclarecido e serão ainda necessários mais estudos para o conseguir.

Outros historiadores têm também tratado do problema da história das mentalidades na Idade Média. Um dos mais conhecidos é Jacques Le Goff. Confesso-me menos devedor para com ele. O que pessoalmente me interessa mais na sua obra são as investigações acerca da persistência de uma mentalidade primitiva e mítica no pensamento, na cultura e mesmo na religião medievais. Mas a multiplicidade e abundância, por assim dizer barroca, da sua inaudita informação parecem-me ter uma certa tendência para afogar ou obscurecer as grandes linhas interpretativas. Não quero com isto dizer que as suas obras não sejam extremamente úteis ou mesmo indispensáveis.

Poderia acrescentar muitos outros nomes. Limitar-me-ei, por uma questão de justiça, a lembrar o de Robert Fossier, cuja admirável síntese acerca da história social da Idade Média é, na minha opinião, uma obra prima de clareza, de riqueza e rigor de informação, e de vigor interpretativo, e que, por isso mesmo utilizo com predilecção para traçar o quadro europeu em que os fenómenos nacionais se inscrevem.

Explicitados, portanto, os meus apoios conceptuais, gostaria agora de passar directamente para o material que tenho estudado e de enunciar os principais problemas de interpretação que se me têm posto. Reduzi-los-ei, como é evidente, ao âmbito português, e aos limites cronológicos que vão do século XI à Revolução de 1383. A maioria das fontes que utilizei procedem de meios nobres ou clericais e permitem conhecer predominantemente os ambientes rurais ao norte do Mondego. Conheço muito menos a documentação acerca dos meios urbanos e das regiões no Centro e Sul do País. A partir deste material, queria primeiro enunciar alguns problemas situados na zona das relações da estrutura do parentesco com a ideologia e certos valores morais, com práticas e concepções religiosas, e com o poder político. Servirão apenas de exemplos, de sondagens. Não pretendo fazer um enunciado nem um tratamento sistemático das numerosas e complexas questões acerca da relação entre o parentesco e o vasto mundo das mentalidades. Os casos escolhidos, parecem-me, porém, particularmente importantes e significativos e orientam-se sobretudo para um esclarecimento do significado de princípios ideológicos. Permitirão, assim, delimitar melhor a diferença e os pontos de contacto entre a ideologia e as mentalidades.

Parto, portanto, do princípio de que a estrutura do parentesco tem como função primária favorecer a reprodução dos indivíduos e dos grupos, e, logo a seguir, a manutenção ou multiplicação dos poderes materiais e/ou simbólicos que eles adquirem ou possuem já. Ao nível da classe dominante, porém, podem-se considerar resolvidos ou ultrapassados os problemas da reprodução pura e simples, intimamente ligados com a subsistência. Os que dizem respeito à manutenção e aquisição do poder, na mais vasta acepção da palavra, tornam-se, portanto, os mais evidentes. É por isso que não posso deixar de relacionar constantemente a família nobre com o poder. É isso que conduz a formas eventualmente diferentes de estruturação parental, conforme o nível em que os indivíduos ou as famílias se situam na escala social e política. Por outro lado, as estruturas económicas comandam elas próprias as con-

dições em que o poder se pode reproduzir ou multiplicar, para o transmitir intacto ou aumentado à geração seguinte, desafiando assim a usura do tempo e a constante concorrência de rivais. Em certas sociedades, pelo contrário, o que o grupo constrói são estruturas que garantam a distribuição equitativa do poder dentro de um círculo determinado e a reprodução dos equilíbrios, justamente através de mecanismos que evitem a acumulação dos recursos disponíveis mas nas mãos de um ou de poucos. Não trataremos, porém, da segunda eventualidade, que me parece, ao menos em Portugal, opôr-se à constituição da nobreza nos espaços onde se aplica.

Em termos muito globais, a passagem de uma estrutura cognática, bilinear, horizontal, com a divisão da herança por todos os filhos, com a associação de parentes consanguíneos e afins, isto é de primos e cunhados, para uma estrutura agnática, unilinear, vertical, com a reserva da herança principal para um filho único e a secundarização dos parentes consanguíneos e sobretudo dos afins, — é talvez a questão mais importante.

Trata-se do momento fulcral em que se substitui um sistema de aquisição e de transmissão do poder, por outro sistema diferente mas não menos eficaz. As eventuais mudanças de condições, sejam elas demográficas, económicas ou tecnológicas, poderão esbarrar com obstáculos de ordem mental. Os grupos que edificaram formas de resolução dos problemas de subsistência e de segurança colectiva resistirão à sua mudança, mesmo que as condições materiais se modifiquem. Daí a decadência e a ruína dos que não conseguem adaptar-se e o sucesso dos que se apercebem mais rapidamente das respostas adequadas às novas situações.

Em Portugal, creio não haver dúvida de que o sistema linhagístico (o segundo que mencionei) substitui o cognático durante a segunda metade do século XII, ou seja uns cem anos mais tarde, pelo menos, do que na França do Norte. Não quer isto dizer que não haja entre nós alguns casos de linhagem mais precoces e outros de persistência cognática, ou pelo menos de divisão equitativa do património familiar, ainda para além do fim do século XII.

Quais são as consequências deste fenómeno?

Em primeiro lugar, quanto a concepções acerca do poder, parece que, até ao momento indicado, ele resulta sobretudo da associação de parentes da mesma geração, isto é de grupos horizontais, o que em teoria, devia dificultar a emergência de chefes de linhagem, ou pelo menos a sua sucessão. Esta seria sinuosa, variável, ora por linha mas-

culina ora por linha feminina, ora de pais para filhos, ora de tios para sobrinhos, ou mesmo com o recurso a parentes afins. É, na verdade, o que se verifica com a família condal de Portugal, residente em Guimarães durante os séculos X e XI, e talvez mesmo com a de Coimbra, embora esta tenha um período de existência de apenas três gerações.

A dispersão de forças a que este sistema provavelmente dá lugar, é, decerto, o que explica a forte tendência dos grupos mais próximos do poder, justamente os condes, para a endogamia. O casamento entre consanguíneos, ou dentro do mesmo círculo de parentes afins, contribui, assim, para reduzir o número dos detentores do poder e acumular os bens materiais, que circulam em âmbitos mais restritos. O recurso à endogamia é, pois, desde logo, uma forma de adaptação do sistema cognático à estratégia da camada superior da nobreza.

O mais curioso é que a emergência do poder de outro estrato da nobreza, o dos infanções — ou melhor de um pequeno grupo deles —, parece resultar justamente da adaptação precoce de esquemas linhagísticos. Com efeito, os infanções que se apropriam dos poderes senhoriais no princípio do século XI, isto é dos poderes judicial, militar e fiscal, em zonas relativamente bem delimitadas, encontram, parece, na transmissão de pais para filhos, o segredo do seu sucesso, ao cabo de umas três ou quatro gerações. O grupo a que me refiro consegue não só preservar os poderes inicialmente usurpados, mas também aumentá-los, até ao ponto de os seus sucessores virem a alcançar o topo da escala social, desde o momento que o último dos condes de Portucale é derrotado e morto numa batalha com o rei de Galiza e de Portugal, em 1071. Algumas destas famílias, porém, ainda utilizam formas de associação de consanguíneos (mas não, creio eu, de parentes cognáticos) até meados do século XII, assim como a repartição equitativa da herança. Estas formas parecem ter sido abandonadas quando as linhagens se generalizam e passam a constituir o modelo habitual da nobreza.

A linhagem parece, portanto, resultar, entre nós, de uma redução dos poderes estatais a nível local, e do desejo de os transmitir inteiros à geração seguinte, o que só se pode fazer privilegiando um dos filhos em detrimento dos outros. Esta verificação coincide, de resto, com o verificado por Duby, para a França. Ele relaciona, justamente, o aparecimento da sucessão agnática com a chamada «revolução feudal», que é o que corresponde, ali, à aquisição de poderes senhoriais por parte dos infanções, pouco tempo mais tarde, entre nós. O processo de difusão das

linhagens é que parece ter sido, aqui, bastante mais lento, pois se prolonga por mais de um século.

A estrutura familiar está, portanto, intimamente relacionada com o poder político. Digo «político», porque os poderes senhoriais são, na sua especificidade, poderes estatais, embora privatizados e utilizados para fins económicos.

Uma das zonas típicas da relação entre a estrutura da família e a mentalidade da nobreza, está no conceito de «honra». Não posso também deixar de notar que, assim como a organização familiar se estabelece em função do poder, assim também este aspecto da mentalidade tem fortes conotações ideológicas; isto é, a noção de honra como valor está ao serviço da defesa da superioridade material e simbólica da nobreza.

Não há conceito mais pluriforme no século XII. Leia-se, por exemplo, o *Poema de Mio Cid*, onde a palavra e os seus derivados ocorrem constantemente. Para se perceber o contexto, acrescentarei, entre parêntesis, que é imediatamente seguida da palavra «ganância» e seus derivados. Significa o ganho, a aquisição, a presa ou o despojo de guerra. No *Poema*, uma das coisas que mais honra dá é justamente a acumulação de «ganâncias», ou a habilidade para as adquirir.

«Honra» significa, portanto, nesta época, isto é no fim do século XII, ao mesmo tempo, prestígio, preeminência social e poder. Alcança-se pelo exercício da força, pelas vitórias militares, pela generosidade na distribuição perdulária das riquezas, dos dons. Perde-se pela ofensa à fidelidade da respectiva mulher, pela cobardia no combate ou pela mesquinhez na distribuição dos dons. Se alguém põe em dúvida ou atenta contra a castidade da esposa, o marido tem de se vingar e fazer correr o sangue. Não há maior desonra do que deixar impune esta ofensa não tanto à mulher, mas à inviolabilidade do vínculo que a une ao seu senhor, ou seja, ao próprio marido.

Ora estes significados já são derivados. À partida, honra é o exercício de poderes públicos, quer senhoriais, e portanto próprios e transmissíveis por herança, quer delegados pelo rei e seus representantes, e portanto intransmissíveis. Daí, outra linha de evolução semântica: a honra como território, como espaço geográfico onde se exercem poderes senhoriais. Daí que seja também infracção à honra a entrada de funcionários régios nos territórios imunes. Actos como estes constituem atentado contra a autoridade do senhor e portanto ofendem a sua própria pessoa. Devem ser reparados pela efusão do sangue: quem se atreve a

violar a honra ou o couro será mutilado, degolado, arrastado a cauda de cavalo pelas fronteiras da senhoria.

Como se vê, a carga ideológica do conceito de honra é evidente. O nobre tem de considerar como valor a defesa do seu lugar na sociedade e a defesa da superioridade da família através da estrita vigilância da castidade da mulher. Numa sociedade que presa tanto a guerra, o valor militar e a força física, a reprodução da linhagem consiste essencialmente na transmissão aos filhos do mesmo vigor. É um vigor que se transmite através dos homens. É preciso portanto vigiar para que não se introduza na família um sangue estranho, portador de qualquer espécie de debilidade. Para isso a mulher terá de ser estritamente vigiada e todas as tentativas de sedução reprimidas com a maior severidade.

A evolução posterior do conceito de honra, apesar de o vulgarizar, até ao ponto de deixar de ser exclusivo da classe nobre, mantém, muito significativamente, a sua função ideológica isto é a do valor moral ao serviço da classe dominante. Com efeito, se bem interpreto estes factos, ao tomar-se honra como sinónimo de honestidade nos costumes, mesmo quando praticada por não nobres, o conceito aplica-se sobretudo em dois casos: o da mulher, que é honrada quando é casta ou fiel ao marido; e o do homem quando cumpre as regras da justiça nos negócios e executa a palavra dada, mesmo quando o respeito a tais princípios venha a prejudicar nos seus interesses materiais e imediatos.

Verifica-se, portanto, que o objectivo de preservar a superioridade masculina na reprodução da família se difundiu mesmo nas classes inferiores que alcançaram uma certa posição social e desejam mantê-la, mesmo quando não pertencem à classe dos guerreiros, mas à daqueles que desempenham funções ligadas com o trabalho ou o comércio. É um caso típico da difusão de um modelo cultural criado para a classe dominante e que depois se transmite a classes inferiores.

O conceito de honra como honestidade nos negócios ou como fidelidade à palavra dada deriva, creio, eu, da aplicação do conceito de honra às relações vassálicas. Para benefício, evidentemente, do senhor, exigia-se do vassalo, para manter a sua honra, isto é o seu prestígio ou o seu crédito social, que fosse fiel aos compromissos do juramento feudal. O modelo, provavelmente, também se comunica a toda a espécie de juramentos e compromissos, em favor, agora, de ambas as partes, mas com uma insistência especial nos casos em que o seu cumprimento pudesse trazer prejuízos materiais.

Voltando agora mais directamente à família, queria acentuar que

o conceito de honra é considerado eminentemente familiar. Aqui, de novo, a carga ideológica é evidente. O filho não pode ser menos honrado que o pai, isto é, não pode perder a força ou a preeminência social. Se não respeita as tradições ancestrais, desonra a família. Se decai da posição social, se se comporta como um vilão, se não respeita os deveres vassálicos, se é cobarde na guerra, se não se vinga brutalmente dos inimigos, não só perde a sua própria honra, mas ameaça também a de toda a família. A honra tem, portanto, que ser cultivada como um património colectivo, um valor que está acima das fantasias pessoais ou dos interesses individuais. A preservação da honra é tão importante como a defesa do património hereditário, que as leis da troncalidade protegem cuidadosamente.

Outra das zonas em que a estrutura familiar influi na mentalidade, igualmente por intermédio da ideologia (embora não exclusivamente por esta via, como é óbvio), é a dos conceitos e práticas religiosas. Quero-me referir a questões muito concretas, e que se podem detectar especialmente através da relação da família com instituições religiosas, e em particular com igrejas e mosteiros. Com efeito, a solidariedade parental é reforçada pelos vínculos do grupo com um determinado mosteiro ou igreja.

Começarei por distinguir justamente o caso da igreja paroquial e do mosteiro. A primeira cria uma importante rede de laços com a comunidade local, por intermédio da pastoral e da administração dos sacramentos, enquanto que o mosteiro pretende ser, antes de mais, a representação na terra da hierarquia angélica, o prenúncio de realidades escatológicas, o ícone do mundo sobrenatural. Uma está voltada para o serviço do Povo de Deus que caminha penosamente nesta terra, outra para o anúncio profético do paraíso. Por isso, não são só os nobres, mas também os proprietários livres da paróquia que consideram indispensável a relação com a igreja ou o mosteiro.

Na Hispânia anterior ao século XI, a distinção entre uma e outro nem sempre é nítida. A igreja paroquial acolhe muitas vezes uma pequena comunidade familiar, onde professam os descendentes dos fundadores, e estes podem ser, justamente, o grupo dos proprietários livres da terra. Durante os séculos XI e XII, as duas fórmulas tendem a distinguir-se cada vez mais claramente, e isto, entre outras razões, porque os nobres se apropriam frequentemente de mosteiros ou acentuam o carácter monástico de instituições até ali híbridas. Provavelmente a sua predi-

lecção pelos mosteiros corresponde a uma maneira de acentuar a sua superioridade social. Eles opõem-se ao conjunto dos outros homens livres como o céu se distancia da terra, o mundo angélico da humanidade sofredora, o penoso caminho dos pecadores do esplendoroso triunfo dos eleitos.

Por isso, os nobres apoiam comunidades observantes, rigorosas, disciplinadas, ricas, com uma liturgia solene e interminável, as quais, pela sua forma de viver, contrastam mais evidentemente com o viver comum dos homens. Ligados, assim, a famílias superiores, os monges consagram uma parte importante do seu tempo a rezar pelos protectores defuntos que pertencem já ao grémio dos santos. Expressam, assim, a permanente relação dos detentores do poder com as realidades sagradas, garantem, pela oração e pelos ritos litúrgicos, que os senhores estão especialmente protegidos contra os malefícios das forças ocultas que trazem a estereidade ou a ruína.

Em segundo lugar, o mosteiro, com a sua comunidade permanente, que desafia os séculos e as vicissitudes deste mundo, representa também a própria eternidade e é, portanto, uma garantia da permanência da família. Ligada a um mosteiro, ela não só será fecunda, não só se reproduzirá indefinidamente, mas também manterá sem desfalecimento o nível da honra alcançada e os poderes que a assemelham ao próprio Deus ou aos seus Santos. O mosteiro será, portanto, o fio condutor das tradições, o panteon dos sepulcros familiares, o lugar onde os parentes se reúnem para festas e acordos, onde se guardam os títulos das propriedades e direitos, onde se perpetua a memória familiar através da escrita. Por isso os nobres, e sobretudo os que a pouco e pouco descobrem as vantagens da estrutura linhagística, isto é aqueles que tomam consciência da sucessão de gerações e da ligação pessoal que há entre elas, zelam com tanto cuidado pelo vínculo entre a família e o mosteiro.

A relação com as instituições monásticas, estruturante das linhagens, virá, com o tempo, a tornar-se também estruturante das próprias categorias nobres. A distinção entre a alta, a média e a baixa nobreza, que, abaixo da nobreza condal, era vaga e fluida, ou mesmo impossível de estabelecer, torna-se mais clara e concreta, a partir do momento em que, durante o séc. XII, aparecem diversas observâncias religiosas, e em que circunstâncias de vânia ordem levam determinadas camadas aristocráticas a ligarem-se preferentemente a uma corrente e não a outras. Assim, a alta nobreza, de tradições mais antigas, permanece fiel aos beneditinos, enquanto os cavaleiros de categoria média e inferior preferem frequentar os cónegos regrantes de Santo Agostinho, recentemente fundados. A partir

do fim do século XII, a ligação do rei com os cistercienses levará a alta nobreza a adoptar também este modelo. As diferenças de espiritualidade que distinguem os beneditinos e cistercienses de um lado e os cónegos regrantes do outro, contribuirá também para criar formas de pensamento peculiares.

Há ainda outro capítulo em que os mosteiros e casas religiosas estão intimamente relacionados com as estruturas familiares e de maneira directa com as linhagísticas. Estas, privilegiando o primogénito do sexo masculino, fazendo das filhas instrumentos das alianças familiares, excluindo os filhos segundos ou inferiorizando-os na herança, criavam a necessidade de canalizar os marginalizados para formas de enquadramento social variadas. As principais são, para os rapazes, as ordens militares e a vassalagem ao serviço de reis e senhores nobres, em Portugal ou em Leão e Castela; e para as raparigas, os conventos femininos. Daí o aparecimento de toda uma série de mosteiros de religiosas em Portugal durante a segunda metade do século XII, isto é no momento em que se difundem as estruturas linhagísticas. Este movimento cria, de imediato, uma espiritualidade muito própria que tem como temas predilectos a virgindade de Maria e Jesus Cristo como esposo da alma. Sem negar, como é óbvio, o interesse e o valor que esta espiritualidade possa ter em si mesma, e como forma de expressão tipicamente feminina numa sociedade machista, e ainda o que ela possa representar como forma de consciencializar as virtualidades próprias da psicologia feminina, não pode também deixar de se sublinhar as origens e a função ideológica destes mesmos temas, que se destinavam a suportar a exclusão das filhas do casamento, quando os interesses da linhagem estavam em jogo.

Se a vida religiosa feminina pode ser estudada com rigor e algum pormenor, é mais difícil verificar o aparecimento de manifestações culturais relacionadas com o serviço vassálico e as ordens militares. Neste campo, é possível que o grupo se alimentasse sobretudo da literatura de ficção de origem estrangeira: a épica castelhana ou francesa, e mais tarde os romances de cavalaria dos ciclos bretão e carolíngio. Mas houve também uma épica nacional, em torno da figura de Afonso Henriques, e, a seguir, talvez de maneira um pouco artificial, em torno de outras figuras como Soeiro Mendes da Maia ou Egas Moniz. Este domínio está, porém, ainda pouco estudado, e confesso não ver ainda com exactidão quais são os modelos culturais propostos aos jovens nobres pelas gerações detentoras do poder, nos séculos XII e XIII.

Terminarei esta série de exemplos de tipo impressionista, com uma observação acerca da relação da família nobre com o rei, zona em que creio se dá uma mutação importante nas concepções mentais da nobreza e que se situa durante a segunda metade do século XIII. Esta mutação, no entanto, tem precedentes. Se observamos com atenção as tradições dos nobres no século XII e mesmo no XIII, descobrimos que o nosso primeiro rei só constitui modelo válido para a nobreza guerreira e vassálica, isto é, para a sua camada média ou inferior, e de maneira particular para os marginalizados pelas linhagens. Para as camadas superiores, o modelo não é Afonso Henriques, o herói das lutas contra os Mouros, mas Afonso VI, o imperador, o soberano venerado também por Cid, o Campeador, ou mesmo Fernando Magno.

A partir do nosso rei Afonso III, isto é, desde meados do século XIII, com a criação de uma nobreza de corte, cujos costumes e comportamento são pautados pelos ideais de cortesia, a divisão no seio da nobreza renova-se e muda de sentido. A superioridade que é conferida a alguns pela proximidade do poder político, e que por vezes contrasta com a falta de tradições ancestrais, pois os cortesãos são, muitas vezes autênticos «parvenus», é acentuada pela superioridade dos costumes, do requinte, da cultura poética, pela habilidade no trovar e no saber requestrar as damas.

Apesar de ser o centro desta nobreza e de os zelosos funcionários judiciais pôrem a ciência jurídica ao seu serviço, para o apresentarem como a encarnação da justiça e da equidade, o garante da paz e da ordem, apesar disso, o rei impõe-se com dificuldade como modelo para os nobres. Só por intermédio da mitificação da sua figura, isto é pela identificação do rei com personagens meio sagradas, como o rei Artur, o Imperador Carlos Magno ou mesmo Afonso VI de Leão e Castela, é que ele supera as conotações de personagem rival que instintivamente suscita entre os nobres. Não pode deixar de se notar, a este respeito, que esse modelo desencarnado e puro poderá, afinal, ser até invocado para pôr em causa a autoridade dos indivíduos concretos que desempenham a função régia, se não conseguem, na opinião subjectiva dos que os julgam, fazê-lo de maneira exemplar. A supremacia ímpar do rei, mesmo apoiada por arquétipos tão veneráveis, não é suficiente, por isso mesmo, para evitar as revoltas da nobreza contra o rei, como acontece na época de D. Dinis.

As noções que a nobreza cultiva para dar maior firmeza à família completam-se, pois, em períodos mais tardios, com outras que definem a sua relação com o poder político exercido pelo rei. A relação pode

ser de fidelidade ou de rivalidade. Em ambos os casos se virá associar às tradições que evidenciam a honra dos antepassados: uns orgulham-se das acções em que eles resistiram firmemente ao rei; outros cultivam a memória de proezas de fidelidade heróica para com o mesmo rei, no desempenho dos seus compromissos vassálicos. A relação com o soberano tem, em qualquer dos casos, uma importância fundamental na fixação das tradições familiares, isto é, na criação de um património simbólico próprio da linhagem.

Creio que estes exemplos poderão ser suficientes para desencadear uma reflexão em torno de questões mais vastas e menos circunscritas à Idade Média, ou mesmo a grupos e categorias sociais não nobres. Tenho a consciência de ter explorado problemas que se relacionam com aspectos da mentalidade, por intermédio de noções com uma forte componente ideológica, sem pretender abarcar, nem de longe, todos os aspectos da mentalidade medieval, nem sequer os que se relacionam directamente com a estrutura da família. As minhas investigações estão apenas no começo e sinto-me um pouco como o explorador um bocado perdido numa floresta imensa. Vou descobrindo um ou outro caminho, seguindo algumas pistas, mas tenho uma noção ainda vaga dos pontos cardiais, da estrutura do terreno, dos cursos e veios de água, das diversas espécies vegetais. Aquelas questões que, de momento, vejo um pouco melhor, são, como se tornou patente pelo que pude expor, as que se relacionam com o exercício e a manutenção do poder, seja ele material, político ou simbólico. Sei que fica um imenso universo por explorar: a concepção da mulher, da autoridade familiar, da morte, do tempo e do espaço, da religião, da propriedade, da solidariedade familiar e da solidariedade de grupo ou de classe, da guerra e da paz, da relação com as classes inferiores e os dependentes em geral, da consciência do mundo urbano e do mundo rural, da natureza, da produção e do comércio, e tantas outras, concepções não menos vastas do que a do poder. O campo é realmente imenso. E para o estudar, mesmo em muitos dos temas que acabo de anunciar, o material disponível é certamente muito mais susceptível de fornecer respostas do que pensaram os nossos predecessores. Há matéria para muitos temas de investigação.

Que estas linhas sirvam de estímulo aos que sentem o sortilégio do mundo medieval e desejam penetrar nele.